

RELATÓRIOS COMPLEMENTARES



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Cadastro Único - CADUN

Histórico de Responsáveis

Unidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

CNPJ: 00.299.198/0001-56

Gestor

Nome: OTONIEL ANDRADE COSTA

CPF: 220.026.851-34

Data Início: 01/01/2013

Data Fim: -

Nome: TERESA CRISTINA VENTURINI MARTINS

CPF: 719.699.181-87

Data Início: 01/01/2009

Data Fim: 31/12/2012

Nome: PAULO SARDINHA MOURAO

CPF: 064.775.342-15

Data Início: 01/01/2005

Data Fim: 31/12/2008

Contador

Nome: ANTONIO DE MOURA MACEDO

CPF: 125.543.401-53

Data Início: 01/07/2015

Data Fim: 01/07/2015

Nome: ANTONIO DE MOURA MACEDO

CPF: 125.543.401-53

Data Início: 01/07/2015

Data Fim: -

Nome: SAULO PEREIRA COSTA

CPF: 836.427.301-91

Data Início: 01/01/2013

Data Fim: 30/06/2015

Nome: LUCIJONES LOPES COSTA

CPF: 370.785.001-30

Data Início: 02/01/2009

Data Fim: 31/12/2012

Nome: LUCIJONES LOPES COSTA

CPF: 370.785.001-30

Data Início: 01/01/2008

Data Fim: 31/12/2008

Controle Interno

Nome: RENATO GODINHO

CPF: 212.391.261-15

Data Início: 01/01/2013

Data Fim: -

Controle Interno

Nome: JUDSON RODRIGUES DE SANTANA COSTA

CPF: 713.341.141-53

Data Início: 01/01/2009

Data Fim: 31/12/2012

Nome: FRANCISCO DE CARVALHO COELHO

CPF: 801.485.901-44

Data Início: 01/02/2006

Data Fim: 31/12/2008

Responsável R.H.

Nome: RUBENS FLAVIO BATALHA MACEDO

CPF: 589.296.571-68

Data Início: 01/01/2013

Data Fim: -

Nome: MARIA REGINA BRITO

CPF: 466.692.641-00

Data Início: 02/01/2009

Data Fim: 31/12/2012

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP
ACOMPANHAMENTO DO PRAZO DAS REMESSAS

Município: Porto Nacional - PREFEITURA MUNICIPAL

Exercício: 2015

Poder Executivo

1. REMESSA DAS INFORMAÇÕES DO RELATÓRIO AO SICAP.

Foram remetidas as informações referentes ao exercício de 2015, conforme cronograma previsto na Instrução Normativa TCE/TO nº 07, de 16.12.2009 e portarias regulamentares:

Período	Prazo da Remessa	Data do Envio	Status
Orçamento	02/02/2015 - 30/03/2015	17/04/2015	Fora do Prazo
1º Bimestre	02/03/2015 - 30/04/2015	06/05/2015	Fora do Prazo
2º Bimestre	04/05/2015 - 01/06/2015	29/05/2015	No Prazo
3º Bimestre	01/07/2015 - 30/07/2015	30/07/2015	No Prazo
4º Bimestre	01/09/2015 - 30/09/2015	30/09/2015	No Prazo
5º Bimestre	01/11/2015 - 30/11/2015	27/11/2015	No Prazo
6º Bimestre	02/01/2016 - 01/02/2016	30/01/2016	No Prazo
7ª Remessa	01/02/2016 - 01/03/2016	29/02/2016	No Prazo

18/03/2016 18:03:25



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP/CONTÁBIL

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL - TO

Sr(a): OTONIEL ANDRADE COSTA - Gestor (a)

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal - Exercício de 2015

Informação nº RGF.11718204B7/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, nos termos da Constituição Federal, art. 71, Constituição do Estado, arts. 32 e 33 e arts. 97 e 98 da Lei Estadual 1284/2001, encaminhou para exame, por meio informatizado os dados relativos ao Relatório de Gestão Fiscal do Exercício de 2015, em atendimento ao prescrito na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e na Instrução Normativa TCE/TO nº 011/2012.

ANÁLISE:

Na análise dos dados informados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL ressalta-se o seguinte:

1. PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL

O art. 55, inciso III, § 2º da LRF, determina que os relatórios de Gestão Fiscal deverão ser publicados quadrimestralmente e disponibilizado ao acesso público, inclusive em meios eletrônicos, até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder. É facultado aos Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar por divulgar, semestralmente, o Relatório de Gestão Fiscal.

Deve ser observado o disposto no § 2º do art. 55, e as sanções referidas no § 3º do art. 55, c/c o § 2º do art. 51, da LC nº 101/2000, em caso da não publicidade do relatório.

Os Relatórios de Gestão Fiscal referente ao exercício de 2015 foram publicados nos prazos abaixo:

Período	Prazo estabelecido no art. 55, III, § 2 da LC nº 101/2000	Data Publicação	Status
1º Semestre	30/07/2015	20/07/2015	No prazo
2º Semestre	01/02/2016	27/01/2016	No prazo

2. DESPESAS COM PESSOAL

A LRF determina limite legal de gastos com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). De acordo com a Lei, a despesa com pessoal não pode ultrapassar 60% da RCL, assim distribuídos: 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo.

1º Semestre

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (R\$)	LIMITE MÁXIMO DE 54% (R\$)	LIMITE PRUDENCIAL 51,3% (R\$)	LIMITE DE ALERTA 48,6% (R\$)	DESPESA COM PESSOAL REALIZADA (R\$)	%
96.668.340,86	52.200.904,06	49.590.858,86	46.980.813,66	44.652.937,64	46,19%

A despesa com pessoal foi de R\$ 44.652.937,64, correspondendo a 46,19% da Receita Corrente Líquida, não excedendo o limite máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento) da RCL que cabe ao Poder Executivo, fixado no art. 20, III, 'b' da L.C. nº 101/2000.

2º Semestre

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (R\$)	LIMITE MÁXIMO DE 54% (R\$)	LIMITE PRUDENCIAL 51,3% (R\$)	LIMITE DE ALERTA 48,6% (R\$)	DESPESA COM PESSOAL REALIZADA (R\$)	%
105.831.230,23	57.148.864,32	54.291.421,11	51.433.977,89	51.607.792,75	48,76%

A despesa com pessoal foi de R\$ 51.607.792,75, correspondendo a 48,76% da Receita Corrente Líquida, não excedendo o limite máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento) da RCL que cabe ao Poder Executivo, fixado no art. 20, III, 'b' da L.C. nº 101/2000.

3. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - Art. 29, incisos I e II, § 2º, 3º e 4º da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 3º inciso II da Resolução 40/2001 do Senado Federal

Visa assegurar a transparência das obrigações contraídas pelo município, como também controlar os limites de endividamento de que trata a LRF, ou seja, respeitar a relação entre dívida e sua capacidade de pagamento. O limite estabelecido para os municípios, é de 1,2 vezes à Receita Corrente Líquida - RCL, fixado no art. 3º, inc. II, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal-L.C. nº 101/2000, art. 59, inc. II e IV e § 1º III.

1º Semestre

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA 1.2 VEZES A RCL	MONTANTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA NO PERÍODO
96.668.340,86	116.002.009,03	6.670.713,14

O valor da dívida consolidada líquida é de R\$ 6.670.713,14 correspondendo a 6,90% da RCL - Receita Corrente Líquida no valor de R\$ 96.668.340,86, atendendo o limite prescrito no dispositivo acima mencionado.

2º Semestre

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA 1.2 VEZES A RCL	MONTANTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA NO PERÍODO
105.831.230,23	126.997.476,28	6.356.701,81

O valor da dívida consolidada líquida é de R\$ 6.356.701,81 correspondendo a 6,01% da RCL - Receita Corrente Líquida no valor de R\$ 105.831.230,23, atendendo o limite prescrito no dispositivo acima mencionado.

4. GARANTIA - Art. 40, § 1º, da L.C. nº 101/2000 - Exercício 2015

As garantias são compreendidas por adimplências de obrigações financeiras ou contratuais. As contra-garantias poderão constituir na vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas. Não houve concessão de garantias no período em referência.

CONCLUSÃO:

Considerando que os dados do Relatório de Gestão Fiscal referente ao exercício de 2015 e dos demais dados demonstrados, foram informados pelo Poder Executivo do Município de Porto Nacional sendo considerados de veracidade ideológica presumida.

Considerando que os dados informados não foram auditados por este Tribunal, para fins de confirmação dos valores, com base na documentação de suporte e nos registros contábeis respectivos, o que poderá ser feito quando do exame das contas anuais do exercício financeiro correspondente ou a qualquer tempo diante da ocorrência de fatos supervenientes que recomende esta providência.

Ante o exposto a Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal emite a presente informação que demonstra dados do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao exercício de 2015 do Poder Executivo do Município de Porto Nacional

Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal, aos 18 dia(s) do mês de Março de 2015.



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP/CONTÁBIL

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL - TO

Sr(a): OTONIEL ANDRADE COSTA - Gestor (a)

Assunto: Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Exercício de 2015

Informação nº RREO.11718204B6/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, nos termos da Constituição Federal, art. 71, Constituição do Estado, arts. 32 e 33 e arts. 97 e 98 da Lei Estadual 1284/2001, encaminhou para exame, por meio informatizado os dados relativos ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária Exercício de 2015, em atendimento ao prescrito na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e na Instrução Normativa TCE/TO nº 011/2012.

ANÁLISE:

Na análise dos dados informados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL ressalta-se o seguinte:

1. PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS RESUMIDOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - é um instrumento imprescindível no acompanhamento das atividades financeiras e de gestão e está previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, que estabelece em seu artigo 165, parágrafo 3º, que o Poder Executivo o publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

O Art. 52 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que o RREO será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

O RREO será elaborado e publicado pelo Poder Executivo do Município.

Os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária referente ao exercício de 2015 foram publicados nos prazos abaixo:

Período	Prazo estabelecido no art. 52 da LC nº 101/2000	Data Publicação	Status
1º Remessa	30/03/2015	30/03/2015	No prazo
2º Remessa	30/05/2015	29/05/2015	No prazo
3º Remessa	30/07/2015	20/07/2015	No prazo
4º Remessa	30/09/2015	21/09/2015	No prazo
5º Remessa	30/11/2015	27/11/2015	No prazo
6º Remessa	01/02/2016	27/01/2016	No prazo

2. GASTOS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

2.1. Aplicação mínima 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino (CF, art. 212)

APLICAÇÃO EM ENSINO/RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS			
RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	APLICAÇÃO MÍNIMA - 25%	MONTANTE APLICADO	%
65.484.117,85	16.371.029,46	16.524.857,13	25,23%

O Poder Executivo Municipal, até o 6º Bimestre/2015, realizou gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino no montante de R\$ 16.524.857,13, representando 25,23% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, o que evidencia o cumprimento da aplicação de, no mínimo, 25% dessas receitas, como previsto no art. 212 da Constituição Federal.

2.2. Destinação dos recursos do FUNDEB em pelo menos 60% (sessenta por cento) com remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, em efetivo exercício (Lei Federal nº. 11.494/2007, art. 22)

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB (Com remuneração dos profissionais do magistério da educação básica)			
RECURSOS DO FUNDEB	APLICAÇÃO MÍNIMA - 60%	MONTANTE APLICADO	%
16.080.455,31	9.648.273,19	13.626.429,47	84,74%

O Poder Executivo Municipal no 6º Bimestre/2015, destinou dos recursos do FUNDEB, R\$ 13.626.429,47, para remuneração dos profissionais da educação básica, em efetivo exercício, representando 84,74% do montante dos recursos do FUNDEB, o que evidencia o cumprimento da aplicação de, no mínimo, dos 60% (sessenta por cento) desses recursos, prevista na Lei Federal nº 11.494/2007, art. 22.

3. GASTOS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE/RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS			
RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	APLICAÇÃO MÍNIMA - 15%	MONTANTE APLICADO	%
64.753.385,60	9.713.007,84	11.084.472,38	17,12%

Limite mínimo, fixado no art. 198, §2º, inc. III, e art. 77, inc. III do ADCT, da Constituição Federal, em gastos com ações e serviços públicos de saúde.

O limite mínimo de aplicação do produto da arrecadação dos impostos previstos no art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, I, alínea 'b' e §3º, da Constituição Federal, em Ações e Serviços Públicos de Saúde, a partir do exercício de 2004, é de 15% conforme dispõe a Constituição Federal, em seu art.198, §2º, inc. III e art. 77, inc. III, do ADCT.

O Município, até o 6º Bimestre/2015, realizou gastos com ações e serviços de saúde no montante de R\$ 11.084.472,38, representando 17,12% da receita resultante de impostos e de transferências constitucionais, evidenciando o cumprimento da aplicação mínima, previstas no art. 77 do ADCT da Constituição Federal.

4. IMPOSTOS DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO - Art. 156, da CF, art. 11 da LRF - até 6º Bimestre/2015:

Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência do ente. Foram previstos os impostos de competência constitucional do município no valor de R\$ 20.542.300,00, e efetivamente arrecadado o valor de R\$ 21.470.982,89, tendo cumprido o estabelecido no dispositivo acima mencionado.

CONCLUSÃO:

Considerando que os dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao exercício de 2015 e dos demais dados demonstrados, foram informados pelo Poder Executivo do Município de Porto Nacional sendo considerados de veracidade ideológica presumida.

Considerando que os dados informados não foram auditados por este Tribunal, para fins de confirmação dos valores, com base na documentação de suporte e nos registros contábeis respectivos, o que poderá ser feito quando do exame das contas anuais do exercício financeiro.

Ante o exposto a Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal emite a presente informação que demonstra dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativo ao exercício de 2015 do Poder Executivo do Município de Porto Nacional.

Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal, aos 18 dia(s) do mês de Marco de 2015.



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP
Lista Anual de Alertas
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
Exercício de 2015

Número do Alerta	Assunto	Data de Geração	Recebido por	Data de Recebimento
2015000349	Gastos com ações e serviços e saúde	07/05/2015 18:30:45	OTONIEL ANDRADE COSTA	12/05/2015 13:43:54
2015000350	Gastos com manutenção e desenvolvimento de ensino	07/05/2015 18:30:53	OTONIEL ANDRADE COSTA	12/05/2015 13:47:51
2015000652	Gastos com ações e serviços e saúde	01/06/2015 09:55:36	OTONIEL ANDRADE COSTA	01/06/2015 12:42:02
2015000653	Gastos com manutenção e desenvolvimento de ensino	01/06/2015 09:55:40	OTONIEL ANDRADE COSTA	01/06/2015 12:42:45
2015001433	Gastos com ações e serviços e saúde	03/08/2015 19:25:57	OTONIEL ANDRADE COSTA	05/08/2015 14:48:53
2015001434	Gastos com manutenção e desenvolvimento de ensino	03/08/2015 19:26:01	OTONIEL ANDRADE COSTA	05/08/2015 15:33:55
2015001870	Gastos com ações e serviços e saúde	30/09/2015 17:47:57	OTONIEL ANDRADE COSTA	30/09/2015 17:58:17
2015001871	Gastos com manutenção e desenvolvimento de ensino	30/09/2015 17:48:01	OTONIEL ANDRADE COSTA	30/09/2015 17:58:41
2015002219	Gastos com manutenção e desenvolvimento de ensino	30/11/2015 16:18:57	OTONIEL ANDRADE COSTA	01/12/2015 15:57:52
2015002423	Gasto de Pessoal	30/01/2016 15:36:42	OTONIEL ANDRADE COSTA	18/02/2016 08:34:33